



CI Nº. 07/2014

DATA: 13/01/2014

DE: ASCONT

PARA: DIRSEP

Senhora Diretora-Executiva

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa Digicomp Engenharia Ltda. com relação ao Edital n.º 140/2013 (Processo n.º 140/2013) – voltado à contratação de empresa para a instalação de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) –, na qual a interessada se insurge contra o item 8.3.6 do instrumento convocatório:

8.3.6 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características tecnológicas e operacionais, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado(s), em nome do LICITANTE, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), que comprove(m) a execução das seguintes parcelas de maior relevância técnica e valor significativo:

- a) “Instalação de sistemas de CFTV em pelo menos 24 (vinte e quatro) edificações” (Lote 01).
- b) “Instalação de sistemas de CFTV em pelo menos 31 (trinta e uma) edificações” (Lote 02).

8.3.6.1 Consideram-se sistemas de CFTV, para fins de atestação, aqueles que sejam compostos de, no mínimo, de 8 (oito) câmeras gerenciadas por um DVR Stand Alone.

8.3.6.2 Os quantitativos mínimos exigidos para as parcelas de maior relevância poderão constar em mais de um atestado, sendo admitidos somatórios de quantidades para efeito de comprovação.

8.3.6.3 Para atendimento da capacidade técnico-operacional, serão considerados todos os atestados em que conste o LICITANTE como contratado principal, bem como, os decorrentes de subcontratação ou cessão, se formalmente autorizados pelo contratante, devidamente comprovado através de documentação pertinente. Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio LICITANTE.

8.3.6.4. O quantitativo mínimo exigido em cada parcela de maior relevância poderá constar em mais de 1 (um) atestado, **sendo admitidos somatórios de quantidades de edificações para efeito de comprovação.**

8.3.6.5. Nos atestados em que o LICITANTE conste como consorciado, serão consideradas, para fim de atestação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, as quantidades definidas como executadas única e exclusivamente pelo LICITANTE ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, na documentação, o atestado não será considerado.

8.3.6.6. Consideram-se edificações, para fins de atestação, aquelas que tenham divisões compartimentadas para uso de escritórios comerciais, administrativos e de profissionais liberais, instituições públicas, financeiras e comerciais de prestação de serviços, tais como shoppings, hospitais, hotéis, repartições públicas, escolas e outros que guardem semelhança e pertinência com o objeto licitado.



Sustenta a impugnante que o item editalício – que exige comprovação de instalação de sistemas de CFTV em pelo menos 24 (vinte e quatro) edificações para o Lote 01 e de pelo menos 31 (trinta e uma) edificações para o Lote 02 – restringe a competitividade do certame por ser excessiva, afastando de seu seio uma série de potenciais interessados na contratação.

Neste contexto, roga pela modificação do edital convocatório, de modo a alterar as exigências atinentes à capacidade técnico operacional, reduzindo o número de atestados exigidos a título de capacitação técnica dos licitantes.

Instada, a Gerência de Manutenção, Instalações Prediais e Controle do Patrimônio Imobiliário deste Tribunal de Justiça (GEMAP) opinou pela manutenção dos termos do instrumento convocatório, como se vê pelos argumentos expostos na mensagem eletrônica anexa:

Considerando o requerimento da Impugnante relativo ao item "8.3.6 CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL", no qual são contestadas as exigências de comprovação de instalação de sistema de CFTV em 24 (vinte e quatro) edificações para o Lote 1 e 31 (trinta e uma) edificações para o Lote 2, **temos a esclarecer que, o TJMG procurou fixar a exigência técnico operacional em no máximo 40% do objeto licitado, ou seja, para as 61 edificações do Lote 1, são exigidas a comprovações para 24 edificações e das 78 edificações do Lote 2, são exigidas 31 edificações. Portanto o índice do TJMG encontra-se abaixo dos 40% do total do objeto licitado.**

Lembramos que conforme item 8.3.6.4 do Edital é admitido o somatório de instalações em edificações distintas, através e atestados, para fins de comprovação de quantitativo mínimo.

Podemos mencionar os seguintes acórdãos do TCU: 1284/2003, 2088/2004 e 2383/2007, onde o TCU esclarece que a comprovação da capacidade técnico operacional deve ser de no máximo 50% do item de maior relevância, no caso do TJMG a Instalação de Sistema de CFTV. (grifo nosso).

Neste sentido, cumpre-nos investigar, inicialmente, o fundamento inerente às exigências de qualificação técnica num edital licitatório.

A qualificação técnica é um dos procedimentos integrantes da fase de habilitação dos procedimentos licitatórios, cumprindo papel decisivo na definição do futuro contratado da Administração.

É nesta fase que a Administração estabelece os requisitos para a comprovação de que as licitantes dispõem de condições técnicas para a execução do serviço. Nesse sentido é o ensinamento de Joel Menezes Niebuhr:

A Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem de conhecimentos, de experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.¹

Diante deste panorama, é preciso que o administrador público esteja sempre atento à realidade do serviço a ser contratado, de modo a definir uma qualificação técnica que seja apropriada ao fim pretendido.



A tarefa não é fácil.

De um lado, é preciso se atentar ao nível profissional que se pretende contratar, como forma de estabelecer condições que afastem aqueles concorrentes que não disponham de atributos mínimos para a prestação dos serviços; de outro, é preciso se atentar para que as exigências de qualificação não sejam de tal monta que inibam a competitividade do seio do certame licitatório.

Assim, é o Órgão Público – titular da contratação – que melhor conhece as necessidades e as nuances do serviço que será adquirido.

No caso concreto, observa-se que a GEMAP optou por estabelecer comprovação de qualificação técnica em patamar de 40% (quarenta por cento) do objeto, como se vê pelos esclarecimentos prestados em mensagem eletrônica (doc. anexo):

...temos a esclarecer que, o TJMG procurou fixar a exigência técnico operacional em no máximo 40% do objeto licitado, ou seja, para as 61 edificações do Lote 1, são exigidas a comprovações para 24 edificações e das 78 edificações do Lote 2, são exigidas 31 edificações. Portanto o índice do TJMG encontra-se abaixo dos 40% do total do objeto licitado.

Considerando a complexidade própria da contratação em estudo, é de se ressaltar que a qualificação técnica estipulada no Edital n.º 140/2013 observa os limites da proporcionalidade exigíveis para a situação.

Corroborando este entendimento, exaltam-se alguns julgados do Tribunal de Contas da União, Corte que possui remansosa jurisprudência admitindo a fixação de exigências de qualificação técnica em até 50% (cinquenta por cento) do objeto a ser contratado. Vejamos:

13. Assim, o primeiro requisito essencial foi devidamente observado, conforme já delineado nos itens 5 e 6 deste voto. **Quanto ao outro quesito, este Tribunal tem decidido recursivamente que a comprovação de experiência em índice superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a executar é exigência excessiva, a restringir indevidamente o caráter competitivo do certame, salvo em casos excepcionais**, cujas justificativas devem estar tecnicamente explicitadas, seja no processo licitatório, seja no próprio edital e seus anexos [...] ²(grifos nossos).

5. Nesse diapasão, o TCU não tem aceitado que se estabeleçam exigências excessivas, que possam restringir indevidamente a competitividade dos certames, a exemplo da comprovação de experiência em percentual superior a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a executar (Acórdãos nº.s 1.284/2003; 2.088/2004; 2.656/2007; 608/2008; 2.215/2008 e 2.147/2009, todos do Plenário).³ (grifos nossos).

Ao estabelecer, como requisito de comprovação habilitação técnica, a apresentação de atestados que comprovem a prévia execução de serviços numa monta de 40% (quarenta por cento) do serviço a ser executado, fica claro que a exigência se encontra dentro dos limites legais, não havendo qualquer ilegalidade em sua manutenção no instrumento convocatório.

² TCU: **Acórdão 3104/2013**. Relator: Ministro VALMIR CAMPELO. Sessão: 20/11/13.

³ TCU: **Acórdão 397/2013**. Relator: Ministro VALMIR CAMPELO. Sessão 06/03/2013.



Por último, releva notar que o Edital questionado admite expressamente o somatório de atestados, medida que se presta especialmente ao aumento da competitividade do certame. Vejamos o que diz o subitem 8.3.6.2:

8.3.6.2 Os quantitativos mínimos exigidos para as parcelas de maior relevância poderão constar em mais de um atestado, sendo admitidos somatórios de quantidades para efeito de comprovação.

Como se vê, trata-se de cláusula que contribui de forma definitiva para o aumento do número de interessados, não havendo que se falar em restrição de competição no Pregão *sub examine*.

Ante o exposto, entendemos, *s.m.j.*, como **improcedente** a impugnação apresentada pela empresa DIGICOMP ENGENHARIA LTDA.

Mantidas as exigências editalícias ora impugnadas, entendemos, *s.m.j.*, restar prejudicada a solicitação de republicação do Edital nos termos do art. 21, §4º da Lei federal n.º 8.666/93.


À consideração de Vossa Senhoria.


João Pedro Oliveira Stringheta
Assessor Jurídico – ASCONT


Jussara Hamacek Pinto
Assessora Jurídica, em exercício – ASCONT

À GECOMP/COALI

Coloco-me de acordo com a manifestação da ASCONT, razão pela qual julgo improcedente a impugnação aviada, mantendo-se, portanto, a redação prescrita no subitem 8.3.6 do Edital n.º 140/2013.


Adriana Lage de Faria Navarro
Diretora-Executiva da DIRSEP, em exercício